

PYM, Anthony. *Teorias contemporâneas da tradução*. Uma abordagem pedagógica. Tradução de Ana Maria Chaves, Eduarda Keating, Fernando Ferreira Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 317.



Andréia GUERINI¹
Universidade Federal de Santa Catarina

RECEBIDO EM: 30/05/2018

ACEITO EM: 15/06/2018

PUBLICADO EM: julho 2018

Este livro de Anthony Pym é o resultado de um curso sobre os “principais paradigmas das teorias da tradução ocidentais desenvolvidas desde os anos 60 do século XX” (p. 13), que foi traduzido para o português europeu por Ana Maria Chaves, Eduarda Keating e Fernando Ferreira Alves, todos professores de tradução da Universidade do Minho.

345

O livro é dividido em oito capítulos, além de trazer um prefácio, posfácio e bibliografia. No primeiro capítulo, “O que é uma teoria da tradução”, o autor procura explicar o que é “teoria”, mas também o que entende por “paradigma” e como teoria e prática da tradução se interligam – até porque, segundo o autor, os “tradutores estão sempre a teorizar” (p. 17), pois quando traduzem precisam fazer escolhas e, ao fazerem escolhas, ao pensarem em diferentes soluções, “ativam uma série de ideias sobre o que é a tradução e como deve ser feita” (p. 18). Colocada essa premissa, Pym diz que à medida que a “teorização se transforma em teoria, algumas dessas teorias criam nomes e explicações para múltiplos aspetos da tradução” (p. 20) e quando se atinge essa etapa, é possível falar, então, de “paradigmas”, aqui entendidos como “conjuntos de princípios subjacentes a diferentes grupos de teorias (no sentido geral descrito por Kuhn, 1962)” (p. 20).

A partir dessas definições, o autor informa que o livro “está estruturado em termos de paradigmas e não de teorias individuais, teóricos ou escolas” (p. 21). Por isso, nos capítulos que seguem, Pym vai falar de paradigmas que tratam “a equivalência, os objetivos, as descrições, a incerteza, a localização e [...] a tradução cultural” (p. 21). Como marco temporal, e seguindo uma ordem cronológica, o autor inicia o percurso na década de 1960 e termina com abordagens mais recentes, como a tradução cultural. A ideia-base é “que todas as teorias procuram dar

resposta a um problema central: a tradução pode ser definida em termos de equivalência, mas há muitas razões pelas quais a equivalência não é um conceito estável” (p. 13).

Por isso, o segundo e terceiro capítulos são dedicados à discussão dos paradigmas “equivalência natural” e “equivalência direcional”, que são subparadigmas do paradigma central de que “o que dizemos em uma língua pode ter o mesmo valor [...] quando traduzido para outra [...]. Equivalência não significa que as línguas sejam as mesmas; significa apenas que os valores podem ser os mesmos” (p. 27). Equivalência natural, Pym diz ser um subparadigma que postula que “as coisas de igual valor são presumivelmente *anteriores* ao ato tradutório, o que significa que não há diferença entre traduzir da língua A para a língua B ou vice-versa” (p. 27), que está ligado à Linguística Aplicada. O autor ainda explicita que, por um lado “as teorias da equivalência natural surgiram como resposta intelectual à abordagem estruturalista das línguas como visões de mundo”. Por outro lado, “produziram listas de procedimentos geradores de equivalências que tentam descrever o que os tradutores fazem” (p. 27) e este capítulo irá analisar esses procedimentos, destacando que são uma “resposta a um problema importante da linguística estruturalista” (p. 27).

346

Sobre a equivalência direcional, Pym diz:

[...] se se traduzir da língua A para a língua B e, em seguida, se voltar a traduzir da língua B para a língua A, o resultado não será necessariamente o ponto de partida. Isto significa que a *direcionalidade* é uma característica crucial da equivalência tradutória e que as traduções são, assim, o resultado de *decisões* ativas tomadas pelos tradutores (p. 59).

Ao diferenciar os dois tipos de equivalência, Pym informa que:

[...] enquanto o subparadigma da equivalência natural categoriza os procedimentos de tradução, o subparadigma da equivalência direcional tende a apresentar somente dois polos para dois modos opostos de traduzir (normalmente, tradução ‘livre’ por oposição a tradução ‘literal’, apesar de existirem versões destes conceitos). (p. 59).

Ainda nesse capítulo, Pym apresenta brevemente a teoria da relevância, que para ele é também uma teoria da equivalência, com uma reflexão sobre a equivalência como ilusão social funcional (p. 59).

Continuando o percurso pelas teorias e paradigmas, no quarto capítulo, Pym trata dos “Objetivos”. Nessa parte, ele se ocupa “de um grupo de teorias que, de um modo geral, têm sido oposto ao paradigma da equivalência. Todas elas partem do princípio de que o desígnio da tradução é atingir um objetivo, satisfazer um propósito” (p. 89). Pym destaca que o ano de 1984 é um marco para o início, mesmo que simbólico, de uma “mudança paradigmática na tradução”,

pois é quando Katharina Reiss e Justa Holz-Mantari publicam duas obras que questionam “a ideia de que uma tradução tem de ser equivalente ao texto de partida e ambas representaram um corte parcial com o paradigma da equivalência” (p. 90), ideia aparentemente simples, mas com diferentes desdobramentos em alguns dos seus principais idealizadores. Ao longo do capítulo, Pym apresenta e discute o paradigma de que “uma tradução não precisa de ser equivalente ao texto de partida” (p. 118).

No quinto capítulo, “Descrições”, o autor vai tratar daquilo que chama “paradigma descritivo” alargado (p. 123), que surge dos Formalistas Russos e tem como ideia que os métodos científicos podem ser aplicados a produtos culturais. Essa ideia foi desenvolvida por estudiosos de literatura de Praga, Bratislava e Leipzig; pela Escola de Tel Aviv, Holanda e Bélgica. Foi a partir de algumas conferências que os Estudos da Tradução começaram a ganhar forma como disciplina acadêmica. Nessa parte, Pym discute as principais abordagens decorrentes dos estudos descritivos da tradução: mudanças tradutórias, sistemas e polissistemas, ‘traduções alegadas’, enfoque no texto de chegada, normas (p. 123). Essa é, segundo Pym, uma das mais complexas abordagens, que se consagrou com a publicação, em 1995, do livro *Descriptive Translation Studies and Beyond*, de Toury.

347

No sexto capítulo, Pym aborda algumas teorias que “podem ser difíceis de entender” (p. 167), e que têm como base a incerteza, título do capítulo. Nessa abordagem, há dois grupos de teorias: “umas que expressam a incerteza sobre as traduções, uma vez que é sempre possível haver várias interpretações, e outras que expressam a incerteza sobre todos e quaisquer significados, quer nas traduções, quer nos textos de partida” (p. 167). Já a última parte do capítulo trata de algumas ideias que se opõem ao rótulo de “desconstrução”.

No sétimo capítulo, “Localização”, Pym analisa a localização “enquanto paradigma da teoria da tradução”, e passa em revista os principais conceitos da teoria da localização e algumas das tecnologias vigentes (p. 217), mostrando que a localização é muito mais que uma adaptação. Junto com o termo *localização*, são analisados outros termos correlatos, como *globalização*, *internacionalização*, *tradução automática*.

No oitavo capítulo, “Tradução cultural”, Pym apresenta várias abordagens que usam a palavra

[...] ‘tradução’ mas que não se referem às traduções como textos finitos, o que significa que a tradução é vista como uma atividade geral de comunicação entre grupos culturais, não existindo entidades que possam ser relacionadas por equivalência. (p. 261).

Neste capítulo, são discutidos os conceitos de tradução cultural a partir da definição de Bhabha, mas também dos estudos etnográficos, da virada cultural, proposto por Snell-Hornby e “legitimado” por Lefevere e Bassnett; da cultura da tradução pelo grupo de Göttingen e por Eric Prunc; dos estudos culturais; da investigação cultural; da intercultural profissional. Segundo Pym, uma das principais contribuições da teoria da tradução cultural é que ela conseguiu “desviar o enfoque das traduções enquanto textos (escritos ou orais). O que lhe interessa são os processos culturais, em geral, mais do que os produtos linguísticos finitos” (p. 270).

Para cada capítulo, com exceção do primeiro, Pym oferece um resumo com os principais pontos que serão abordados, uma introdução, exemplos de várias línguas (embora nessa tradução portuguesa se tenha ficado no par de línguas inglês e português), exercícios, indicações de leitura e ainda sugestões para projetos e atividades; talvez por isso o subtítulo do livro: “uma abordagem pedagógica”.

Apesar da abundância de informações, Pym discute os principais conceitos, teorias e paradigmas que estão no cerne das discussões sobre tradução, não se limitando a apresentar as teorias e os paradigmas, como também questionando os limites e destacando os avanços, mostrando ter amplo domínio das mais diferentes abordagens e paradigmas.

348

Para finalizar, no Posfácio, intitulado “Desenvolva a sua própria teoria”, Pym “assume a primeira pessoa” para explicitar as suas preferências e sugerir ao leitor que “desenvolva a sua própria teoria” (p. 297). Sobre a equivalência, diz ser “uma ilusão social, mas uma ilusão necessária”; a teoria do Skopos é “uma coletânea de coisas bastante evidentes, [...] incapazes de resolver problemas éticos que envolvem objetivos incompatíveis”. O paradigma descritivo “situa-se no centro da investigação em tradução [...], mas deve ser construído para refletir criticamente sobre o papel do descritor”. O paradigma da “incerteza tem coisas boas e más [...], mas não me dou nada bem com as teorias que pressupõem a supremacia do texto de partida e tenho problemas com a tradição hermenêutica que se fixa nessa direção [...]”. Sobre a localização, Pym diz estar tão “fascinado pelos efeitos da tecnologia [...] quanto pela forma ingênua como a equivalência regressou nesse paradigma [...]”. Já a tradução cultural “abre novos caminhos ao conhecimento da tradução em contextos sociais”, mas o “paradigma deixa de funcionar como teoria da tradução quando já não pode oferecer uma crítica da equivalência” e os trabalhos dessa área poderiam ser rotulados como “estudos interculturais” (p. 298). Ou seja, Pym é capaz de “aceitar todas essas posições”, não se situando apenas em “um paradigma”. Ele quer ser livre para se mover entre os paradigmas, para pensar novos paradigmas, não descartando os anteriores, mas também não necessariamente os usando. O seu método consiste

em “pensar sobre a ética fundamental da comunicação e, depois, sobre o que pode ser específico na comunicação transcultural e, ainda, sobre a tradução como um tipo particular de comunicação transcultural” (p. 299).

Depois dessa breve exposição sobre o livro, retomamos a pergunta inicial, que o próprio autor faz no primeiro capítulo: “por que estudar as teorias da tradução?” (p. 22). Pym responde que as teorias da tradução são importantes, mesmo sem “provas empíricas”; as teorias podem auxiliar tanto os pesquisadores quanto os tradutores. O importante é ter uma visão do conjunto e saber que existem “muitos caminhos válidos de abordagem à tradução, podendo qualquer deles revelar-se útil ou estimulante numa dada situação” (p. 23). De fato, é um livro que pode ser lido pelos tradutores, mas, devido à sua abordagem, me parece mais indicado para os estudiosos dos Estudos da Tradução.

¹ Andréia GUERINI. Doutora em Literatura (2001) e graduada em Letras (1988) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora associada 4 do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1962473391601725> E-mail: andrea.guerini@gmail.com